



## PARTE C

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### Direcção-Geral dos Impostos

#### Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos

##### Aviso (extracto) n.º 13402/2008

Por despachos da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, e do Inspector-Geral de Finanças, de 2008.04.07 e 2008.04.15, respectivamente foi autorizada a prorrogação da requisição do inspector de finanças principal, Vítor Manuel Melo Fernandes, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças, com efeitos a 01 de Abril de 2008, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação à Direcção de Finanças de Viseu, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro.

21 de Abril de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pí-neiro*.

##### Aviso (extracto) n.º 13403/2008

Por despacho do Director-Geral dos Impostos de 17.04.2008, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15.01, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 15.01, foi nomeado em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão de Sistemas (DGS), da Direcção de Serviços de Gestão dos Créditos Tributários (DSGCT), o inspector tributário de nível 2, Fernando Lopes de Carvalho, com efeitos a 1 de Maio de 2008.

21 de Abril de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pí-neiro*.

##### Aviso (extracto) n.º 13404/2008

Por despacho do Director-Geral dos Impostos de 17.04.2008, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15.01, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 15.01, foi nomeado em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão da Gestão Processual dos Créditos Tributários (DGPCT) da Direcção de Serviços de Gestão dos Créditos Tributários (DSGCT), o inspector tributário assessor, Artur Manuel Marques Pires, com efeitos a 1 de Maio de 2008.

21 de Abril de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pí-neiro*.

##### Aviso (extracto) n.º 13405/2008

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos de 17.04.08, proferido nos termos dos artigos 13.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foram nomeados, em regime de substituição, no cargo de adjuntos de chefes de finanças, Martinho Fernando Guedes Ribeiro, no S.F. de Santa Maria da Feira 4, por vacatura do lugar, com efeitos a 01.03.08, Ana Sofia Martins Ferreira, no S.F. de Góis (secção de cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos a 28.02.07.

22 de Abril de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pí-neiro*.

#### Instituto de Informática

##### Despacho n.º 12239/2008

1 — Por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2007, em jornal de expansão nacional e na bolsa de emprego público em 11 de Setembro de 2007, publicitou o Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública o procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia do 2.º grau, Chefe de Divisão de Evolução e Qualidade de Sistemas de Informação, dando assim cumprimento aos procedimentos prévios estabelecidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Constituído o júri nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da lei supra mencionada, este elaborou a proposta de nomeação fundamentando-a na reconhecida aptidão da candidata Elisabete Maria Silva Marcelino para o preenchimento do cargo posto a concurso. Esta nomeação baseou-se na aplicação dos métodos de selecção ao currículo apresentado bem como na entrevista pública que teve em consideração a apresentação dos pontos principais do respectivo currículo. O júri considerou que as razões pelas quais propõe a nomeação da candidata são as seguintes:

Experiência profissional, forte motivação e conhecimento técnico da área de desenvolvimento de sistemas de informação.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da lei invocada, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, a especialista de informática do grau 3, nível 2 do quadro de pessoal do Instituto de Informática, licenciada Elisabete Maria Silva Marcelino para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau, Chefe de Divisão de Evolução e Qualidade de Sistemas de Informação, da Direcção de Serviços de Organização e Desenvolvimento, do Instituto de Informática.

10 de Março de 2008. — O Director-Geral, *José António Cordeiro Gomes*.

#### Nota Curricular

Nome: Elisabete Marcelino;

Nascimento: 04 de Novembro de 1965; natural de Esmoriz; nacionalidade Portuguesa.

Habilitações académicas: Licenciada em Matemática Aplicada, opção Estatística — 12 valores — 1988

Categoria profissional: Especialista de Informática de Grau 3, Nível 2 do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Experiência profissional:

Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública:

Chefe de Divisão da Evolução e Qualidade de Sistemas de Informação, em regime de substituição — (Junho de 2007 a Março de 2008)

Directora de Projectos da 3.ª Direcção de Sistemas de Informação — (Fevereiro de 2003 a Abril de 2007);

Chefe de Projectos — (Setembro de 2000 a Janeiro de 2003);

Coordenadora de Projectos — (Fevereiro de 1999 a Agosto de 1999);

Técnica Superior de Informática Principal, de 1.ª e de 2.ª classes — (Setembro de 1992 a Janeiro de 1999)

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro:

Estagiária, na carreira de Técnica Superior de Informática — (Abril de 1991 a Agosto de 1992)

Escola Secundária Alfredo da Silva — Barreiro:

Professora Provisória — (Outubro de 1988 a Março de 1991).

##### Despacho n.º 12240/2008

1 — Por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2007, em jornal de expansão nacional, e na bolsa de emprego público, em 11 de Setembro de 2007, publicitou o Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública o procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe da Divisão de Inovação Organizacional de Sistemas de Informação, dando assim cumprimento aos procedimentos prévios estabelecidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Constituído o júri nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da lei supra mencionada, este elaborou a proposta de nomeação, fundamentando-a na reconhecida aptidão da candidata Tânia Marinela Benquerêncja Peixoto para o preenchimento do cargo posto a concurso. Esta nomeação baseou-se na aplicação dos métodos de selecção ao currículo apresentado bem como na entrevista pública que teve em consideração a apresentação dos pontos principais do respectivo currículo.

O júri considerou que as razões pelas quais propõe a nomeação da candidata são as seguintes:

Experiência profissional, forte motivação e conhecimento técnico da área de engenharia organizacional e de sistemas de informação.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da lei invocada, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, a especialista de informática do grau 3, nível 2, do quadro de pessoal do Instituto de Informática, licenciada Tânia Marinela Benquerêça Peixoto, para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe da Divisão de Inovação Organizacional de Sistemas de Informação da Direcção de Serviços de Organização e Desenvolvimento do Instituto de Informática.

10 de Março de 2008. — O Director-Geral, *José António Cordeiro Gomes*.

### Elementos biográficos

Nome — Tânia Peixoto.

Nascimento — 17 de Novembro de 1969; natural de Benguela, Angola, nacionalidade portuguesa.

### Habilitações académicas

Pós-graduada em Gestão de Sistemas de Informação (média final de 18 valores).

Licenciada em Economia (média final de 16 valores) e bacharel em Contabilidade e Administração (média final de 16 valores — TOC n.º 33259).

### Formação técnico-profissional

Mais de mil noventa e cinco horas de formação em áreas específicas de informática.

Curso de Secretariado de Administração, com duração de um ano lectivo.

### Docência

De 2001 a 2004 — docente no Instituto Politécnico Autónomo (IPA), onde leccionou as cadeiras de Linguagens de Programação Orientada a Objectos (JAVA), de Análise Orientada a Objectos com Utilização da Notação UML e de Conceitos e Práticas de Segurança Informática.

Monitoragem

Mais de trezentas e cinquenta horas de monitoragem de módulos de formação específicos da área informática.

### Línguas

Bilingue português-inglês, com bons conhecimentos de francês e espanhol.

### Categoria profissional

Especialista de informática de grau 3, nível 2, do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

### Cargo actual

Chefe de divisão da DIOS (Divisão de Inovação Organizacional de Sistemas) do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

### Experiência profissional

Desde 28 de junho de 2007 — assume em regime de substituição o cargo de direcção intermédia do 2.º grau — chefia da Divisão de Inovação Organizacional de Sistemas no Instituto de Informática, tendo a sua responsabilidade a gestão dos projectos:

RIGORE Local (Rede Integrada de Gestão Orçamental e Recursos do Estado — orientado para os organismos);

RIGORE Central (Rede Integrada de Gestão Orçamental e Recursos do Estado — orientado para a DGO);  
GESPRON (Gestão de Processos de Negócio); e  
PROC (equipa de levantamento e reengenharia de processos).

De Abril a junho de 2007 — assegurou as funções que detinha anteriormente.

De Outubro de 2004 a Março de 2007 — ocupou o cargo de direcção intermédia do 2.º grau — chefia do projecto RIGORE (Rede Integrada de Gestão Orçamental e dos Recursos do Estado), tendo cessado funções com a entrada em vigor da nova lei orgânica do Instituto de Informática.

De 2003 a 2004 — exerceu funções de gestão operacional do sub-programa POCP — Solução Tecnológica e do projecto CSP (Serviços Partilhados), foi consultora no projecto SIGRAP e participou no grupo de trabalho do projecto de autenticação única da AP, integrando a área orçamental do Instituto de Informática do Ministério da Finanças e da Administração Pública.

De 1995 a 2002 — *developer and researcher* na área de inovação tecnológica de *software engineering* no Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública, fazendo também parte das suas atribuições profissionais prestar consultoria nas suas áreas de expertise em toda a AP.

Antes de 1995 — analista financeira na empresa PIAFEC, L.<sup>da</sup>, onde elaborou projectos de viabilidade económica, analista de *marketing* e publicidade na Empresa Markttest, L.<sup>da</sup>, e colaboradora da empresa CEMI, L.<sup>da</sup>, onde realizou estudos de mercado.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Despacho n.º 12241/2008

Tendo presente a necessidade de obter uma melhor utilização social dos bens do domínio público ferroviário, promovendo, ao mesmo tempo, a sua reorganização e novas formas de cooperação entre a administração central e as autarquias locais;

Considerando o interesse manifestado pela Câmara Municipal de Grândola na implantação da Zona de Indústria Ligeira — 2.ª Fase, junto à estação ferroviária na Linha do Sul;

Considerando que, para a concretização da referida obra, torna-se necessária a ocupação de uma parcela de terreno, com a área total de 7.795 m<sup>2</sup>, omissa na matriz predial, da freguesia e concelho de Grândola, localizada entre os quilómetros 102,416 e 103,000, lado esquerdo da linha, e identificada na planta parcelar, desenho n.º 10002113135, não se prevendo que a mesma volte a encontrar-se adstrita ao uso ferroviário, da qual a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P., e a Câmara Municipal de Grândola celebraram, em 31 de Janeiro de 2008, o contrato-promessa de compra e venda sob condição.

Neste contexto e tendo presente o disposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro, determina-se o seguinte:

1 — Desafectar do domínio público ferroviário sob gestão da REFER, EP, a parcela de terreno constante da planta parcelar, desenho n.º 10002113135, em anexo, com a área de 7.795 m<sup>2</sup>, omissa na matriz predial, da freguesia e concelho de Grândola.

2 — A referida parcela destina-se a ser alienada nos termos do contrato-promessa de compra e venda celebrado em 31 de Janeiro de 2008, com vista à implantação da Zona de Indústria Ligeira de Grândola — 2.ª Fase.

3 — A verba resultante da operação referida no número anterior será afectada integralmente a investimentos na modernização das infra-estruturas ferroviárias.

4 — A REFER, E.P., deverá abater a parcela referida no n.º 1 ao cadastro dos bens dominiais sob sua administração.

5 — O presente despacho constitui documento bastante para o registo do imóvel identificado no n.º 1, na Conservatória do Registo Predial respectiva e inscrição matricial a favor da REFER, E. P., como proprietária de pleno direito.

17 de Abril de 2008. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.